

EDUCAÇÃO MENSTRUAL E SEXUAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CUIABÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO MENSTRU(AÇÃO)

Recebido em: 10/10/2024

Aceito em: 23/10/2025

DOI: 10.25110/arqsaude.v30i1.2026-11637



Mariana Goulart de Souza Martins ¹
Bhenise Vitória Santos Nunes ²
Amanda Helena Lameiro Diz ³
Ananda Gimenez Oberthir ⁴
Isadora da Silveira ⁵
Priscilla de Paiva Nazareth ⁶
Vitória Batista e Matricardi ⁷
Eliângela de Lima ⁸

RESUMO: As ações de educação em saúde para crianças e adolescentes são potentes ferramentas para prevenção de vulnerabilidades e agravos à saúde. O projeto de extensão “Menstruação” foi desenvolvido pelo grupo do Programa de Educação Tutorial do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso com a finalidade de desenvolver ações de educação em saúde em escolas no município de Cuiabá-MT. Os temas abordados foram divididos em três eixos, educação menstrual, educação sexual e prevenção de abuso sexual infanto-juvenil. Entre 2022 e 2024, foram realizadas 19 ações em sete escolas, com um público total de 2126 meninas com idades entre 8 a 18 anos. Ao longo das ações, foi possível esclarecer dúvidas e tabus das estudantes em relação a menstruação, ampliar o conhecimento para mitigar a iniciação sexual precoce, promover o uso de métodos contraceptivos para evitar gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis e prevenir o abuso sexual infanto-juvenil. Conclui-se que a integração do projeto Menstru(Ação) com as escolas é uma estratégia importante e efetiva para prevenção de vulnerabilidades e agravos à saúde das crianças e das adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde; Educação sexual; Menstruação; Abuso Sexual na Infância; Prevenção Primária.

¹ Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: marianagoulartsm@gmail.com ORCID: [0009-0005-7510-3682](https://orcid.org/0009-0005-7510-3682)

² Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: bhenisevitoria@gmail.com ORCID: [0000-0002-6990-4265](https://orcid.org/0000-0002-6990-4265)

³ Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: ahldiz98@gmail.com ORCID: [0009-0003-9294-7313](https://orcid.org/0009-0003-9294-7313)

⁴ Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: aoberthir@gmail.com ORCID: [0009-0005-1219-8653](https://orcid.org/0009-0005-1219-8653)

⁵ Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: isadoradasilveira25@gmail.com ORCID: [0009-0000-9762-8248](https://orcid.org/0009-0000-9762-8248)

⁶ Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: priscillapnazareth@gmail.com ORCID: [0009-0004-6150-8913](https://orcid.org/0009-0004-6150-8913)

⁷ Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: vitoriamatricardi@gmail.com ORCID: [0009-0000-5888-1785](https://orcid.org/0009-0000-5888-1785)

⁸ Doutora em Neurociências. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Email: limaeli@hotmail.com ORCID: [0000-0002-5636-209X](https://orcid.org/0000-0002-5636-209X)

MENSTRUAL AND SEXUAL EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS IN CUIABÁ: EXPERIENCE REPORT OF THE MENSTRU(ACTION) PROJECT

ABSTRACT: Health education actions for children and adolescents are powerful tools for preventing vulnerabilities and health problems. The “MenstruAção” extension project was developed by the Tutorial Education Program group of the Medical School at the Federal University of Mato Grosso with the purpose of developing health education actions in schools in the city of Cuiabá-MT. The topics addressed were divided into three main areas: menstrual education, sexual education, and prevention of child and adolescent sexual abuse. Between 2022 and 2024, 19 activities were carried out in seven schools, reaching a total of 2,126 girls aged between 8 and 18 years. Throughout the activities, it was possible to clarify students' doubts and taboos regarding menstruation, expand knowledge to mitigate early sexual initiation, promote the use of contraceptive methods to avoid unwanted pregnancies and sexually transmitted infections, and prevent child and adolescent sexual abuse. It is concluded that the integration of the Menstru(Ação) project with schools is an important and effective strategy for preventing vulnerabilities and health issues among children and adolescents.

KEYWORDS: Health Education; Sex Education; Menstruation; Child Sexual Abuse; Primary Prevention.

EDUCACIÓN MENSTRUAL Y SEXUAL EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE CUIABÁ: INFORME DE EXPERIENCIA DEL PROYECTO MENSTRU(AÇÃO)

RESUMEN: Las acciones de educación en salud para niños y adolescentes son poderosas herramientas para prevenir vulnerabilidades y problemas de salud. El proyecto de extensión “MenstruAção” fue desarrollado por el grupo del Programa de Educación Tutorial de la carrera de Medicina de la Universidad Federal de Mato Grosso con el objetivo de desarrollar acciones de educación en salud en escuelas de la ciudad de Cuiabá-MT. Los temas tratados se dividieron en tres ejes, educación menstrual, educación sexual y prevención del abuso sexual infantil y adolescente. Entre 2022 y 2024 se realizaron 19 acciones en siete colegios, con un público total de 2126 niñas de entre 8 y 18 años. A lo largo de las acciones se logró aclarar dudas y tabúes de los estudiantes respecto a la menstruación, ampliar conocimientos para mitigar la iniciación sexual temprana, promover el uso de métodos anticonceptivos para evitar embarazos no deseados e infecciones de transmisión sexual y prevenir el abuso sexual infantil. Se concluye que la integración del proyecto Menstru(Acción) con las escuelas es una estrategia importante y efectiva para prevenir vulnerabilidades y problemas de salud en niños y adolescentes.

PALABRAS CLAVE: Educación en Salud; Educación sexual; Menstruación; Abuso Sexual Infantil; Prevención Primaria.

1. INTRODUÇÃO

A Educação em Saúde consiste no conjunto de práticas que se desenvolvem a partir de técnicas de ensino-aprendizagem e visam à apropriação de temáticas em saúde pela população, a fim de contribuir para o autocuidado com autonomia. É importante

considerar a educação popular em saúde nas atividades educativas, isto é, o diálogo com a realidade e saberes prévios da população, de modo a fortalecer o vínculo entre o educador da área da saúde e o educando (Falkenberg *et al.*, 2014).

As ações de educação em saúde para jovens e adolescentes são potentes ferramentas para prevenção de vulnerabilidades e agravos. No contexto brasileiro, essas vulnerabilidades estão profundamente relacionadas a fatores de gênero, raça, deficiência e condição socioeconômica, refletindo-se na manutenção de elevados índices de gravidez na adolescência, no crescimento da incidência de infecção por HIV entre mulheres, no aumento dos casos de violência doméstica, sexual e de outras formas de violência contra mulheres, bem como na persistência da pobreza menstrual (Brasil, 2025).

A adolescência é uma fase de complexa transição para a vida adulta. O jovem em amadurecimento vivencia maiores exigências familiares por responsabilidade ao passo que deseja experimentar tudo que é novo e durante a infância lhe era negado (Brasil, 2010). Nesse contexto, uso de álcool e outras drogas psicoativas, início precoce da vida sexual e baixa adesão ao uso de preservativos configuram fatores de risco para transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). A infecção pelo HIV mantém-se como um importante desafio em saúde pública, uma vez que, no período de 2007 a 2023, 23,4% dos casos notificados corresponderam à faixa etária de 15 a 24 anos (Brasil, 2023). No que se refere à infecção por sífilis entre adolescentes de 13 e 19 anos, o número de casos registrados, em 2023, foi superior no sexo feminino em comparação ao masculino, representando uma relação M:F de 0,7. Essa distribuição, entretanto, não se mantém na população adulta, na qual é relatado maior incidência no sexo masculino (Brasil, 2024).

A gravidez na adolescência também é uma realidade preocupante encontrada no Brasil (Brasil, 2025). Consiste em um fenômeno multidimensional associado a determinantes como baixa escolaridade, dificuldade de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, deficiência de projetos para atenção integral à saúde sexual, violências e abuso sexual (Santos *et al.*, 2017).

A gravidez na adolescência pode ser analisada a partir da distribuição de nascidos vivos segundo a faixa etária materna. No Brasil, em 2013, 19,3% dos nascidos vivos eram filhos de mães com até 19 anos de idade. Em 2023, esse percentual reduziu-se para 11,9%. No mesmo período, entre 2013 e 2023, foram registrados mais de 232 mil nascimentos de crianças cujas mães tinham até 14 anos. Embora os indicadores apontem uma redução

continua ao longo da última década, a gestação em meninas muito jovens ainda se configura como um problema atual e de grande relevância social e de saúde pública (Brasil, 2025).

Acrescenta-se, ainda, como um desafio enfrentado por meninas e jovens brasileiras a pobreza menstrual, condição de natureza complexa que abrange múltiplos significados. Essa problemática envolve desde o acesso inadequado ou inexistente a produtos de higiene menstrual e a serviços de saneamento básico até a falta de conhecimento sobre o corpo feminino, a fisiologia do ciclo e a saúde menstrual. Tais limitações acarretam impactos negativos significativos sobre o bem-estar físico, emocional e social (Brasil, 2025). A privação da garantia à dignidade menstrual vai de encontro aos princípios do direito sexual e reprodutivo e dos direitos humanos e também limita o pleno desenvolvimento das potencialidades das meninas e adolescentes (UNICEF, UNFPA 2021).

Diante dessa realidade, observada nas 27 unidades federativas do Brasil, o projeto de extensão “MenstruAção” foi desenvolvido pelo grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com a finalidade de desenvolver ações de educação em saúde junto a escolares do município de Cuiabá-MT. As temáticas abordadas de forma dialógica com meninas e adolescentes foram anatomia e fisiologia feminina, métodos contraceptivos disponíveis na rede pública e privada, pobreza menstrual, produtos e hábitos de higiene menstrual bem como a prevenção de violência e abuso sexual infanto-juvenil.

Portanto, este artigo tem o objetivo de relatar a experiência de dois anos de ações em saúde realizadas pelo projeto MenstruAção em escolas da rede pública de Cuiabá-MT.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este relato descreve aspectos sobre as atividades do projeto de extensão do PET Medicina, da UFMT, voltadas à promoção da saúde menstrual, realizadas em escolas do ensino fundamental e médio de escolas públicas de Cuiabá, ocorridas no período de dezembro de 2022 a maio de 2024.

O projeto foi idealizado em 2022 por estudantes de Medicina do grupo PET Medicina UFMT. Inicialmente, os estudantes participaram de capacitações com profissionais especializados, como ginecologistas e educadores sexuais, a fim de se

apropriarem adequadamente sobre a temática. Posteriormente, os responsáveis pelo projeto entraram em contato com as instituições visando obter a aprovação dos diretores para a realização das atividades com os alunos. Em seguida, foram desenvolvidos materiais educativos, como cartilhas, slides e questionários para avaliação pré e pós-intervenção.

Os temas abordados nas atividades educativas foram divididos em três eixos - educação menstrual, educação sexual e prevenção de abuso sexual infanto-juvenil. Inicialmente, a abordagem de educação sexual não participava do repertório de discussões do projeto "Menstruação". Contudo, ao final das ações sobre educação menstrual, a equipe foi solicitada a incluir este tema na pauta. A educação sexual adquiriu importância devido ao grande índice de gravidez na adolescência entre os estudantes das escolas contempladas - como reportado pelo corpo docente e direção das escolas incluídas no projeto.

No eixo de educação menstrual, abrangeu-se os seguintes temas: anatomia do sistema reprodutor interno e externo feminino, incluindo diferentes apresentações da vulva; fisiologia do ciclo menstrual, com explicações sobre a função dos diferentes hormônios envolvidos no ciclo menstrual; aplicativos de controle do ciclo menstrual e suas funcionalidades (por exemplo, Clue, Meu Calendário e Flow); tipos de produtos menstruais e como utilizá-los adequadamente (como absorventes descartáveis, absorvente interno, calcinhas absorventes, absorventes reutilizáveis coletor menstrual), hábitos de higiene íntima, pobreza menstrual e suas consequências.

No eixo de educação sexual foram abordados métodos contraceptivos disponíveis e não disponíveis no SUS - tais como preservativos masculino e feminino, pílula anticoncepcional combinada, pílula de progestagênio, contraceptivos injetáveis, anel vaginal, DIU de cobre e DIU hormonal, implanon -, uso correto do método contraceptivo de emergência e prevenção de gestação não planejada. Recursos lúdicos e audiovisuais também foram utilizados como suporte para as palestras, como modelos anatômicos da pelve feminina e da vulva, bem como demonstração de produtos de higiene menstrual e exemplares dos métodos contraceptivos citados.

No eixo de prevenção de abuso sexual infanto-juvenil, foram explorados temas sobre direitos da criança e do adolescente e ações para prevenção ao abuso sexual infanto-juvenil. As estratégias ensinadas permitem o reconhecimento e a prevenção de situações de risco, como também atua capacitando o público-alvo a denunciar aos órgãos

competentes caso a violência já tenha ocorrido. Os principais parâmetros dessa temática abordados nas salas de aula são fundamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciando seus direitos enquanto cidadãos com plena autonomia sobre seus corpos. O direcionamento acerca dos órgãos competentes de atenção às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso também é outro ponto importante evidenciado nas palestras, incluindo tanto órgãos da esfera pública, como o Conselho Tutelar, Polícia Civil, Centro de Referência Especializado de Assistência social e canais de denúncia, quanto contatos seguros no ambiente escolar e familiar.

A cartilha criada para as ações teve como conteúdo uma breve explicação sobre o que é a menstruação, por que ela ocorre, quais sinais e sintomas podem surgir no período pré menstrual, os componentes do sistema reprodutor feminino incluindo as variações possíveis de vulvas, tipos de produtos de higiene menstrual, mitos e tabus em relação à menstruação e canais de denúncia em caso de violência sexual, com telefones de contato úteis. Além disso, ao final, apresentou um QR code que direcionava para o formulário pós-teste aplicado ao final das ações.

As palestras foram ministradas pela equipe de estudantes nas salas de aula das escolas e, ao final de cada uma, foi reservado um momento para o esclarecimento de dúvidas, distribuição das cartilhas e a realização de rodas de conversa. Em cada palestra, foi disponibilizada uma caixa com papéis para que as escolares escrevessem suas dúvidas de forma anônima. Além disso, os participantes preencheram os formulários de avaliação pré e pós-intervenção, visando obter feedback sobre o projeto, o conteúdo abordado e eventuais demandas relacionadas ao tema.

3. RESULTADOS

O início das ações ocorreu em 2022, quando, por meio das práticas de educação em saúde, abordaram temas pertinentes à saúde reprodutiva feminina de maneira lúdica e didática a fim de facilitar o entendimento da temática pelas escolares. De dezembro de 2022 a maio de 2024, foram realizadas 19 ações em seis escolas públicas de Cuiabá e uma escola no município de Campo Verde, com um público total de 2126 meninas com idades entre 8 a 18 anos (tabela 1). Para a realização das ações, além de recursos audiovisuais e de uma cartilha impressa, foram utilizados outros materiais, como: modelos anatômicos da pelve feminina e da vulva, diferentes tipos de absorvente



Figura 2: Cartilha e planner menstrual distribuídos às escolares durante as ações.
Fonte: Autoria própria.



Figura 3: Escolar observando modelo anatômico pélvico feminino durante a ação.
Fonte: Autoria própria.

Antes de cada ação, um formulário pré-ação foi aplicado para identificar o conhecimento prévio das meninas a respeito de temas, como ciclo menstrual, aplicativos que auxiliam no controle de ciclo menstrual, pobreza menstrual, tipos de produtos utilizados para absorver ou coletar a menstruação e abuso sexual infanto-juvenil.

Durante a apresentação, os palestrantes fizeram perguntas, como “você sabe o que é menstruação?”, com o objetivo de estimular a participação das meninas. Além disso, a fim de proporcionar oportunidade de comunicação para as estudantes mais tímidas, foram distribuídos papéis para a escrita de eventuais perguntas, os quais foram depositados em uma “caixinha de dúvidas”. Ao final de cada ação, as dúvidas foram esclarecidas sem a identificação de quem as escreveu. Ao longo das ações, foi possível esclarecer algumas dúvidas das estudantes, como: “é normal sentir cólica?”, “absorvente interno ou coletor menstrual podem ser utilizados por meninas virgens?”, “é normal ficar meses sem menstruar?”, “é normal ter corrimento?”, “por que grávida não menstrua?”, entre outras. A partir do ano de 2023, um formulário de pós-ação passou a ser aplicado com o intuito de identificar o feedback das alunas em relação à dinâmica do grupo.

De acordo com os resultados (gráfico 1) da avaliação pré-ação, 83% das escolares mostraram conhecimento acerca da fisiologia do ciclo menstrual, 49% conheciam aplicativos que auxiliam no controle do ciclo menstrual e apenas 13% conheciam o termo pobreza menstrual. Ainda, em relação ao conhecimento acerca dos absorventes e coletores menstruais, 81% conheciam o absorvente descartável, 50% o absorvente reutilizável, 74% o absorvente interno, 59% o coletor menstrual, 38% o protetor diário, 50% a calcinha absorvente. Além disso, foi identificado que 42% das escolares sabiam identificar um abuso sexual infanto-juvenil. Em relação aos dados do formulário pós-ação, 89% das estudantes adquiriram conhecimento, consideraram a explicação clara, gostaram da dinâmica e participariam novamente de uma ação promovida pelo grupo PET Medicina.

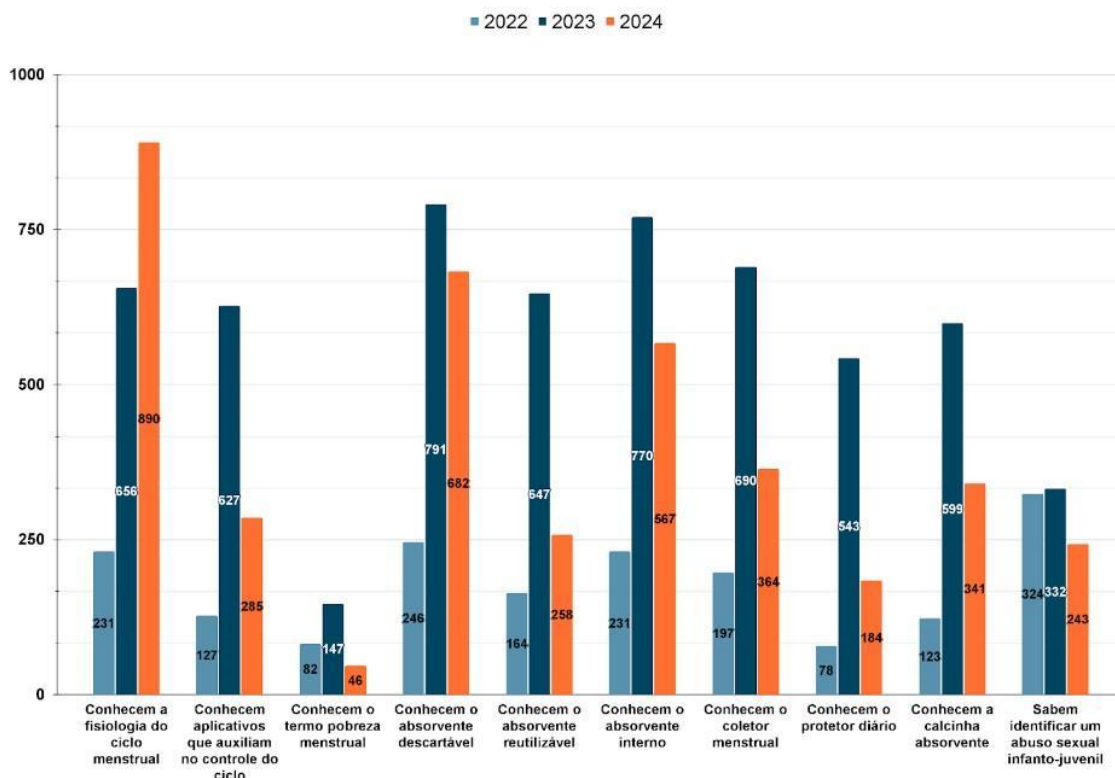


Gráfico 1: Respostas do formulário pré-ação do projeto de extensão “MenstruAção” em relação ao número de escolares, no período de 2022 a 2024

Fonte: Autoria própria.

Portanto, foi observado um feedback positivo no qual a grande maioria das estudantes foram receptivas às atividades propostas. Essa receptividade pode ser ilustrada, por exemplo, por meio de um bilhete (figura 4) entregue a uma palestrante: “Parabéns pelo os seus esforços vocês foram ótimas na explicação eu achei bem legal (sic).”

Ademais, durante as ações, foi possível observar que as escolares apresentavam concepções prévias, mas, em geral, superficiais acerca dos temas, além de dificuldades conceituais a respeito da anatomia feminina, da fisiologia do ciclo menstrual, de métodos contraceptivos e de identificar e combater situações de abuso infanto-juvenil. Desse modo, as ações demonstraram relevância na propagação de conhecimento científico de forma lúdica e didática.

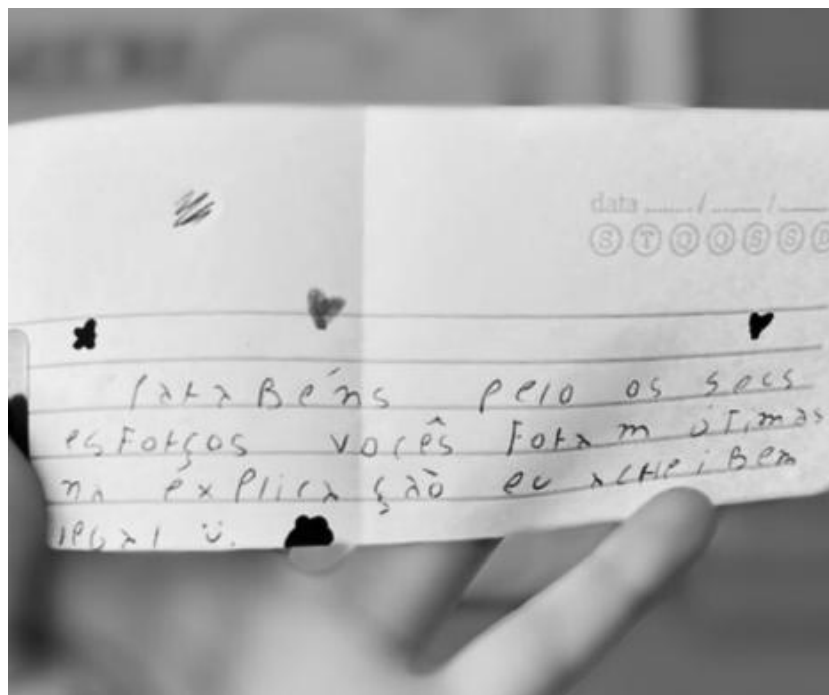


Figura 4: Bilhete dado por escolar à palestrante após ação.

Fonte: Autoria própria.

4. DISCUSSÃO

A pobreza menstrual é um fenômeno complexo caracterizado pela falta de acesso a produtos adequados para a higiene menstrual, a infraestrutura e o saneamento básico, bem como pela falta de informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo, e persistência de tabus, mitos e preconceitos em relação à menstruação e ao corpo feminino (UNFPA; UNICEF, 2021).

Em estudo realizado pela Sempre Livre e Kyra Pesquisa & Consultoria, com 1500 mulheres em cinco países, 54% das entrevistadas não sabiam nada ou quase nada sobre o assunto quando tiveram a primeira menstruação (Sempre Livre; Kyra, 2018). Outro estudo avaliou o conhecimento relacionado a menstruação em países de baixa e média renda e demonstrou que grande parte das adolescentes possuem lacunas de conhecimento em relação ao tema e buscam sanar dúvidas principalmente com familiares mulheres, porém a informação que recebem nem sempre é adequada ou oportuna (Chandra-Mouli, 2017).

Dessa forma, a educação menstrual é um componente fundamental da educação em sexualidade e deve ser difundida como forma de ampliar o conhecimento sobre o corpo feminino e o ciclo menstrual e promover o bem-estar. Além disso, a educação sobre o uso adequado de produtos menstruais e higiene íntima é importante para prevenir problemas de saúde como alergias e irritação da pele e mucosas, infecções urogenitais

como a cistite e a candidíase e até a Síndrome do Choque Tóxico (UNFPA; UNICEF, 2021).

Outro aspecto relevante a ser mencionado é em relação à educação sexual e iniciação sexual precoce dos adolescentes. Em estudo realizado pelo IBGE, na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense, 2015), demonstra-se que a iniciação sexual precoce, com ausência de informações de qualidade, expõe as crianças e adolescentes à prática sexual de risco e, conseqüentemente, aos temores dos professores: a gravidez na adolescência e as IST's (Furlanetto, 2018). No estudo supracitado, mais de 30% dos alunos do 9º (idade entre 14 e 15 anos) que foram entrevistados, tinham uma vida sexual ativa, com atividade sexual de risco, uma vez que o uso de preservativo não era uma prática usual (IBGE, 2015; Monte *et al.*, 2024).

Segundo Cavalcante (2021), a maioria das informações sobre os métodos contraceptivos que crianças e adolescentes entram em contato, são advindas de canais que não possuem aprofundamento o suficiente, como amigos, familiares ou outros meios de comunicação (Cavalcante *et al.*, 2021). Assim, ao apresentar sobre a temática de maneira clara e próxima dos alunos, a educação sexual torna-se uma ferramenta não somente de construção individual, social e moral, como igualmente de maximização da capacidade de redução de comportamentos de risco sexual, inerentes à faixa etária infanto juvenil. Promovendo comportamentos sexuais saudáveis também durante a vida adulta (Febrasgo, 2024; Monte *et al.*, 2024).

Desse modo, a educação sexual participa da articulação de rompimento de preconceitos e paradigmas e acolhe a possibilidade da formação de um cidadão que possui autonomia nas tomadas de decisões quanto a sua sexualidade. Assim, proporcionando a prevenção de uma gestação indesejada, de abusos sexuais e de IST 's (Gazolla, 2022).

Em relação ao tema de abuso sexual infanto-juvenil, vale destacar que entre 2021 e 2023 foram notificados 164.199 casos de estupro com vítimas menores de 19 anos no Brasil, apesar das estimativas identificarem que apenas 8,5% dos eventos são reportados às autoridades policiais. Ademais, houve o aumento do número de casos desse tipo de violência, para a faixa etária de 0 a 19 anos, em 6% entre 2021 e 2022 e 13,5% em 2023, com uma taxa de crescimento maior nas faixas mais jovens. Durante esse período, 48,3% das vítimas possuem de 10 a 14 anos, além de 35,8% do total destes crimes ocorrerem com indivíduos que possuem até 9 anos de idade (UNICEF BRASIL; FBSP, 2024).

Desse modo, é evidente que a maior proporção de casos de violência sexual notificada ocorre contra crianças com capacidade limitada de compreensão do ato cometido, dificultando a proteção destas e a responsabilização dos agressores. Cerca de 73,4% do total de casos notificados de violência sexual no Brasil em 2023 ocorreram em pessoas com até 19 anos de idade, resultando em 57.698 casos totais nesta faixa etária. Destes, 50.254 ocorreram contra meninas, isto é, aproximadamente 87% dos casos notificados foram contra meninas menores de 19 anos, evidenciando a importância de ações de prevenção do abuso sexual infantil para esse público (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2025).

A participação de crianças em programas educacionais de prevenção a abuso sexual está associada ao aumento de denúncias de abuso em andamento ou anteriores, o que contribui para a interrupção do ciclo de violência e permite a busca de auxílio à vítima por órgãos competentes (Gustaferrero *et al.*, 2023). Ademais, a educação sexual é uma das formas mais eficazes de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo importantes ferramentas informativas e de esclarecimento acerca da sexualidade e identificação de situações abusivas (Comitê Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, 2017). Ao promover um ambiente seguro e de liberdade de expressão plena, os integrantes do projeto estabelecem um meio de comunicação efetivo com as estudantes, de modo que estas, frequentemente, tiram dúvidas acerca de possíveis situações de abuso, sobretudo às relacionadas ao ambiente virtual. Além disso, as ações possibilitaram que as estudantes compreendessem os limites sobre seus corpos, sendo capacitadas para o pleno exercício de sua liberdade e dignidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, pois, que as ações de educação em saúde do presente estudo impactaram de maneira positiva o público-alvo, visto que, ao analisar os questionamentos realizados pelas escolares, percebeu-se o conhecimento superficial sobre os eixos temáticos abordados nas ações. Diante disso, o aprofundamento, de forma lúdica e didática, sobre os diferentes aspectos da educação menstrual, da educação sexual e da prevenção ao abuso sexual infanto-juvenil são de extrema importância para a prevenção de vulnerabilidades e agravos à saúde das crianças e das adolescentes beneficiadas com o Projeto MenstruAção.

Ainda, evidencia-se a importância da integração do Projeto com as escolas, uma vez que esse ambiente possibilita uma maior abrangência do público-alvo, além de fornecer uma infraestrutura adequada para a apresentação dos materiais didáticos e de garantir um espaço em que as escolares se sintam mais confortáveis para participar das ações, o que impulsiona a retenção das informações apresentadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Boletim Epidemiológico HIV e AIDS**: dez, 2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. ISSN 2358-9450.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Sífilis**: out, 2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. ISSN 2358-9450.

BRASIL. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. ISBN 978-65-5993-558-1.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. ISBN 978-85-334-1680-2.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Relatório anual socioeconômico da mulher**: RASEAM. 7. ed. Brasília, DF: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025. ISSN 2318-5619.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico Sífilis 2024**: Número Especial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. ISSN 2358-9450.

CAVALCANTE, J. M. F. *et al.* Conhecimento dos adolescentes sobre contraceptivos de uma escola pública no interior de Pernambuco. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 13, p. e164101321016, 2021.

CHANDRA-MOULI, V.; PATEL, S. V. Mapping the knowledge and understanding of menarche, menstrual hygiene and menstrual health among adolescent girls in low- and middle-income countries. **Reproductive Health**, London, v. 14, n. 30, 2017. DOI: 10.1186/s12978-017-0293-6.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES REDE ECPAT BRASIL. **Direitos Sexuais São Direitos Humanos**: Coletânea de Textos - Caderno Temático No 3. Brasília, DF: CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 2017.

FALKENBERG, M. B. *et al.* “Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva” [Health education and education in the health system: concepts and implications for public health]. **Ciencia & Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014193.01572013.

FEBRASGO. **Educação em Sexualidade nas Escolas**. 2020. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/es/revistas/item/1065-educacao-em-sexualidade-nas-escolas#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,respons%C3%A1veis%20sobre%20suas%20viv%C3%AAncias%20sexuais>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2025**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2025. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/publicacoes/cenario-2025>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: out. 2022.

FURLANETTO, M. F. *et al.* EDUCAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS BRASILEIRAS: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=html/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GAZOLLA, M. A. *et al.* **A importância da Educação Sexual nas Escolas**. 2022. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/trabalhos-academicos/a-importancia-da-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GUASTAFERRO, K. *et al.* Knowledge gains from the implementation of a child sexual abuse prevention program and the future of school-based prevention education. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 32, n. 7, p. 845–859, 2023.

INOVA SOCIAL. **Sempre Livre lança pesquisa global sobre menstruação**. 2018. Disponível em: <https://inovasocial.com.br/investimento-social-privado/sempre-livre-pesquisa-global-menstruacao/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. Rio de Janeiro, 2015. ISBN 978-85-240-4387-1.

MONTE, L. L.; RUFINO, A. C.; MADEIRO, A. Prevalência e fatores associados ao comportamento sexual de risco de adolescentes escolares brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. e03342023, 2024.

SANTOS, B. R. *et al.* **Gravidez na adolescência no Brasil: Vozes de meninas e de especialistas.** Brasília: Athalaia, 2017. Disponível em: http://unfpa.org.br/Arquivos/br_gravidez_adolescencia_2017.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: (2021-2023).** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: UNICEF Brasil, 2024.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Mariana Goulart de Souza Martins: Investigação, redação do manuscrito original.

Bhenise Vitória Santos Nunes: Investigação, redação do manuscrito original.

Amanda Helena Lameiro Diz: Investigação, redação do manuscrito original.

Ananda Gimenez Oberthir: Investigação, redação do manuscrito original.

Isadora da Silveira: Investigação, redação do manuscrito original.

Priscilla de Paiva Nazareth: Investigação, redação do manuscrito original.

Vitória Batista e Matricardi: investigação, redação do manuscrito original.

Eliângela de Lima: Metodologia, administração de projeto, supervisão, revisão e edição.